

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO DO E. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ.

URGENTE!

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA
IMINÊNCIA DE ABERTURA

PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.750.290/0001-87, com endereço na Avenida Ivo Carli, nº 2.655, Sala A, bairro Conradinho, cidade de Guarapuava/PR, CEP 85.055-520, doravante denominada 'Representante' ou simplesmente 'PROGRESSO', vem, respeitosamente, por meio de seus Advogados ao final subscritos¹, com endereço eletrônico intimacoes@gmslaw.com.br, meio em que recebem intimações e notificações, com fulcro no art. 170, § 4º, da Lei nº 14.133/21², apresentar

REPRESENTAÇÃO

- COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR -

referente à ilegalidade no certame regido pelo Edital de Concorrência nº 019/2024-PMLS, devendo constar como interessada a pessoa jurídica responsável pelo certame, **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO**, órgão vinculado à administração direta do **MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 76.205.970/0001-95, com sede na Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul/PR, o agente responsável pelas ilegalidades, vale dizer, o i. **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO LEONI LUIZ MELETTI**, com endereço profissional na Rua. Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul /PR, pelos fatos e fundamentos que serão expostos e seguir.

¹ **Anexo 1:** Procuração e Contrato Social.

² Art. 170. (...)§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.



I. Objeto da Representação:

1. O art. 170, § 4º, da Lei nº 14.133/21, relata que qualquer licitante pode representar ao Tribunal de Contas contra irregularidades na aplicação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

2. No presente caso, o objeto da Representação diz respeito ao procedimento de Concorrência Eletrônica nº 019/2024-PMLS, promovido pela SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, entidade vinculada à administração direta do MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, a qual vedou expressamente em edital de concorrência a participação no procedimento licitatório de licitantes reunidos em consórcio.

3. A ilegalidade em questão consiste no fato de que a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, estabelece em edital de concorrência, a partir do Item 3.3 o impedimento de participação daqueles reunidos em consórcio, sem a devida fundamentação que justifique a de consórcios, contrariando expressamente o art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4. Em assim sendo, a presente Representação tem a pretensão de suspender cautelarmente o certamente licitatório e, ao final, declarar a ilegalidade da cláusula de Item 3.3 do respectivo Edital de Concorrência Eletrônica nº 019/2024-PMLS, para permitir a participação de empresas reunidas em Consórcio.

II. Síntese dos fatos:

5. A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Laranjeiras do Sul tornou público o Edital de Concorrência Eletrônica nº 019/2024-PMLS, cujo objeto é *“escolha da proposta mais vantajosa que visa à contratação de empresa de engenharia para serviços da primeira etapa da obra da granja Agro Laranjeiras com movimentação da terra e preparação para fundações”* – sendo previsto o valor de R\$ 6.852.892,89 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e nove centavos) para a execução total da obra.³

³ **Anexo 2:** Edital de Concorrência Eletrônica;



6. Da leitura do item editalício 3.3, extrai-se a expressa vedação de participação no processo licitatório de licitantes reunidas em consórcio. Ocorre que a redação do Edital nº 019/2024 não apresenta qualquer fundamentação que justifique a proibição em comento, de forma a contrariar disposição legal que rege o certame.
7. Trata-se, portanto, de uma vedação que impede a continuidade do certame nos termos existentes, ante a completa incompatibilidade com o ordenamento jurídico pátrio, além de vício insanável que ameaça a competitividade do processo licitatório, devendo ser imediatamente corrigido.
8. No intuito de promover a revisão dos dispositivos editalícios, no que tange a vedação da participação de consórcios no respectivo certame de Edital de Concorrência, a PROGRESSO ENGENHARIA K.M LTDA apresentou impugnação tempestiva endereçada ao Prefeito de Laranjeiras do Sul/PR, na data de 19 de julho de 2024, demonstrando ser o conteúdo do Edital contrário ao art. 15 da Lei nº 14.133/2021.⁴
9. Em face de referida impugnação, o Departamento de Licitação do Município de Laranjeiras do Sul proferiu decisão na data de 23 de julho de 2024 que indeferiu o pedido.⁵
10. A fundamentação se deu no sentido de a vedação para participação em consórcio supostamente ter sido justificada, uma vez que seria de escolha do órgão licitante permitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio, com base na complexidade do objeto a ser licitado.
11. No caso concreto, o departamento afirmou que a obra em questão não carrega complexidade que enseje na necessidade de atuação conjunta de empresas em consórcio.
12. Aduz o Departamento de Licitação que a ausência de empresas reunidas em consórcio no certame não resultaria em prejuízos à competitividade, uma vez que, em regra, a formação de consórcio seria admitida quando o objeto a ser licitado envolvesse questões de alta complexidade técnica.

⁴ **Anexo 3:** Pedido de Impugnação;

⁵ **Anexo 4:** Decisão Impugnação;



13. Dessa forma, julgou-se improcedente a impugnação apresentada pela PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA, mantendo-se o edital inalterado.

14. Após a decisão, passou a ser publicizado Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência – inusitadamente após a divulgação inicial do Edital de Concorrência – tendo o Termo de Referência uma versão datada de 10/07/2024⁶ e outra versão datada de 11/07/2024⁷, constando apenas nessa última o Item 11.5, que trata da vedação da participação de Consórcio no presente processo de licitação.

15. Em assim sendo, não restou alternativa senão o manejo da presente Representação, no intuito de que esta e. Corte de Contas exerça seu poder de Controle Externo no intuito de regularização do vício constante em referido Edital nº 019/2024-PMLS, que carrega a respectiva vedação em voga, haja vista sua notória contrariedade ao disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

III. Necessidade de fundamentação para a proibição de participação de consórcios no processo licitatório (art. 15 da Lei nº 14.133/2021) – Violação a competitividade:

16. Nos termos do Edital nº 019/2024, o Item 3 apresenta as condições para participação dos interessados no presente certame. A partir do Item 3.3, observa-se o impedimento de participação daqueles reunidos em consórcios:

3.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

3.3.15. Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio;

17. Entretanto, têm-se que estas disposições editalícias são manifestamente ilegais, uma vez que desacompanhadas de qualquer fundamentação que justifique a vedação a participação de consórcios. Fato é que a redação editalícia expressamente contraria o art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

⁶ Anexo 5: Termo de Referência 10/07/2024.

⁷ Anexo 6: Termo de Referência 11/07/2024



18. Referido dispositivo prevê como **regra padrão a possibilidade de participação em consórcios nas licitações**, sendo exceção a proibição de participação das empresas reunidas nesta modalidade de associação – motivo pelo qual se exige prévia fundamentação:

“Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica **poderá participar de licitação em consórcio**, observadas as seguintes normas (...)”

19. Trata-se de um avanço regulatório que altera o regime anteriormente instituído pelo art. 33 da Lei nº 8.666/93, que por sua vez, indicava que a participação em consórcio deveria ser expressamente prevista. No atual regime, a viabilidade de participação em consórcio **só pode ser afastada mediante justificativa contundente**.

20. Não à toa que a alteração legal se deu pelos prejuízos que a restrição deliberada da participação dos consórcios causa ao interesse público e competitividade do certame. Isso porque a inviabilidade de participação através de consórcios leva a uma direta restrição à competitividade da licitação.

21. Neste sentido, o e. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO já se manifestou sobre a temática:

“A vedação da participação em licitações de empresas em consórcio deve ser justificada, sob pena de restrição à competitividade. (...)”

Sabe-se que a utilização de consórcio é uma forma de conjugação de esforços, seja para qualificação técnica, seja para qualificação econômico-financeira, que permite a empresa que, isoladamente, não atenderia às condições editalícias, participe de determinada licitação, unindo-se às que a suprem em um item ou outro. Em tese, implica ampliar o universo de licitantes, atendendo com isso também ao princípio da isonomia.

O Poder Público não pode dispor de tal instrumento quando bem entender. Deve averiguar se o objeto da licitação comporta ou não a execução por meio de empresas consorciadas. Entende-se que a complexidade, o valor, a amplitude e a peculiaridade da obra sejam determinantes na decisão de se admitir ou não o consórcio numa licitação.”⁸

⁸ TCU – Acórdão nº 11196/2011 – 2ª C. – Rel. Augusto Sherman – J. 22/11/2011;



22. A associação de empresas em consórcios consiste na possibilidade de que mais competidores possam vir a disputar, gerando maior vantajosidade aos cofres públicos. Isto porque a depender do instrumento convocatório, a participação isolada das empresas licitantes não seria suficiente para atender as condições editalícias para qualificação técnica e/ou econômico-financeira.

23. Portanto, ao se reunirem em consórcios, tais empresas licitantes acabam por suprir as deficiências que possuem – o que possibilita a regular participação nos processos licitatórios.

24. Não apenas isso, mas as características para execução do objeto licitatório também afeta a participação isolada das empresas licitantes que, ao se reunirem em consórcios, adquirem maior possibilidade do cumprimento ideal do objeto. Sobre o tema, destaca-se os apontamentos de JOEL DE MENEZES NIEBUHR:

“As vantagens de permitir a participação de empresas em consórcio são ainda mais salientes em relação às licitações de maior complexidade e de maior expressão econômica. Não raro o objeto da licitação exige dos licitantes o domínio de técnicas e a realização de atividades de diversas áreas do conhecimento, que nem sempre são dispostas em conjunto pelas empresas atuantes no mercado. Ou seja, as empresas, sozinhas, não conseguem executar o objeto do edital. Entretanto, juntas em consórcio, conseguem, cada uma executando a parte do edital correspondente à sua *expertise*. Também em relação às licitações de maior expressão econômica, pode suceder que as empresas atuantes no mercado, sozinhas não disponham dos recursos econômicos necessários para a execução do objeto do contrato. Por outro lado, juntas, reunidas em consórcio, somam os seus recursos econômicos, o que viabiliza a execução das obrigações contratuais.”⁹

25. No presente caso, o objeto do Edital nº 019/2024 abrange a “*implantação e recape de pavimento asfáltico com concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ, drenagem pluvial, meio fio de sarjeta, passeios, acessibilidades e sinalização viária*”.

26. Trata-se de certame que ultrapassa os seis milhões de reais, com serviços de complexidade considerável – a ser melhor elucidada adiante.

⁹ NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação pública e contrato administrativo**. 7ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024, pp. 725-726.



27. A vedação para participação em consórcios, por sua vez, deve ser precedida de análise da realidade do objeto licitatório, do mercado e das condições de execução da obra licitada, no intuito de melhor resultado que satisfaça o interesse público. Assim, se observada a necessidade de proibição da participação dos consórcios, deve-se apresentar motivação fundamentada que justifique o ato discricionário tomado.

28. Ainda durante a vigência da Lei nº 8.666/93, em que a regra era pela necessidade de previsão expressa para participação dos consórcios, o e. TCU já havia pacificado o entendimento de que a vedação em comento deveria ser motivada pela Administração Pública, mesmo diante do caráter discricionário do ato:

“A Administração pode optar por permitir ou não a participação de consórcios em licitações públicas, devendo a decisão ser motivada, o que é especialmente importante se a opção for vedar a participação, que, em regra, restringe a competitividade do certame.”¹⁰

“O impedimento de participação de consórcios de empresas em licitações públicas requer a fundamentação do ato, à luz do princípio da motivação.”¹¹

“A decisão de vedar a participação de consórcio em licitação de obra pública insere-se na esfera de discricionariedade do gestor. Tal opção, contudo, demanda a explicitação de justificativas técnicas e econômicas robustas que a respaldem.”¹²

“A decisão pela vedação de participação de consórcio de empresas em licitação é discricionária, porém deve ser devidamente motivada no processo administrativo.”¹³

29. Com a promulgação da Lei nº 14.133/2021, a possibilidade de participação em consórcio é **regra**, sua vedação só deve ser adotada se vislumbrada algum tipo de **prejuízo**. Não havendo prejuízo, deve obrigatoriamente ser viabilizada a participação de consórcios, independente do grau de complexidade da obra.

30. Não é o que se vê do presente Edital, cujo objeto não demonstra qualquer prejuízo na adoção de consórcios inexistindo razões para a vedação que ora se combate.

¹⁰ TCU – Acórdão 2447/2014 – Plenário – Rel. Aroldo Cedraz – J. 17/09/2014;

¹¹ TCU – Acórdão 1305/2013 – Plenário – Rel. Valmir Campelo – J. 29/05/2013;

¹² TCU – Acórdão 2831/2012 – Plenário – Rel. Ana Arraes – J. 17/10/2012;

¹³ TCU – Acórdão 3654/2012 – 2ª C. - Rel. Marcos Bemquerer – J. 22/05/2012;



31. O referido Edital em apreço estabelece de forma genérica a necessidade de vedação, sem a respectiva motivação para tanto. Mesmo a suposta motivação é insuficiente.

32. É o que se vê do Item 11.5 do Termo de Referência – que só veio a conhecimento após a decisão proferida em 26/07/2024 – que busca justificar a vedação da participação de consórcio:

11.5. VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

11.5.1. Não poderão participar do certame pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei 14.133/2021;

11.5.2. Acerca da vedação à participação, no presente certame, de empresas reunidas em consórcio, trata o renomado autor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa, (...) Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição

11.5.3. A lei 14.133 deixa a possibilidade de o órgão licitante permitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio. Para determinar tal vedação o Município de Laranjeiras do Sul buscou primar pela qualidade dos serviços e pelo equilíbrio econômico e financeiro da LICITANTE que, se vencedora do certame, prestará os serviços nesta Municipalidade. Encontra-se ainda asseverado pelo ilustre autor citado acima:

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação

11.5.4. Como se extrai do trecho acima, a Administração Pública poderá considerar as condições dos serviços exigidos conforme as “dimensões e complexidade do objeto”, entretanto a obra em questão (terraplanagem) no entendimento deste Departamento de Engenharia não requer tal complexidade para que seja necessária a atuação de duas ou mais empresas consorciadas, eis que apenas uma empresa poderá prestar o serviço com a qualidade adequada e não seria viável que duas empresas com objetos similares se reunissem em um consórcio para a prestação dos serviços licitados.

33. Em referida análise, percebe-se clara ausência de fundamentação com base ao princípio da motivação, uma vez que inexistente explicitação de argumentos técnicos e econômicos robustos que respaldem a respectiva impossibilidade.

34. O documento traz apenas fundamentação genérica relacionada a complexidade do objeto a ser licitado, que justificaria a possibilidade ou não da participação de empresas consorciadas no certame.



35. Isso quer dizer que o documento se limita a alegar que a participação de consórcios em presente Edital de concorrência é vedada pelo simples fato de a presente obra supostamente não ser de grau de complexidade que implicasse na participação de consórcios para prestação do serviço licitado.

36. Não merece prospero a argumentação.

37. De antemão, a doutrina de MARÇAL JUSTEN FILHO citada sequer faz referência à Lei nº 14.133/2021. Trata-se de comentários à Lei nº 8.666/93 – revogada e não aplicável ao presente certame – em sua 12ª edição:

¹ Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410)

10

38. A edição trazida como “argumento”, ao seu turno, data **do ano 2000**:

Comentários À Lei De Licitações E Contratos
Administrativos - 12ª Ed. 2008 Capa comum – 1 janeiro
2000

39. Para além da própria legislação, muita coisa mudou desde então, inclusive a vasta posição jurisprudencial que indica os benefícios da participação em consórcios. Não pode a Municipalidade arguir de maneira genérica que o certame não carrega complexidade suficiente para admitir consórcios, **a partir da Lei nº 14.133/2021 a participação em consórcio é a regra, e não o contrário.**

40. Importante salientar que, não bastando ser a justificativa trazida pelo MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL genérica com relação a vedação de participação de Consórcios, o Termo de Referência possui duas versões discrepantes entre si com relação a suas determinações.



41. Primeiramente, é notadamente curioso o fato de terem sido formulados e publicizados dois Termos de Referência, um primeiro datado de 10/07/2024 e um segundo datado de 11/07/2024.

42. No entanto, a discrepância atestada é notadamente percebida quando do conteúdo de tais Termos, na medida em que o Termo de Referência datado de 10/07/2024 não possui qualquer menção a vedação da participação de consórcio, enquanto o Termo de Referência datado de 11/07/2024 possui item específico de nº 11.5, que traz expressamente em seu título “Vedação da Participação de Consórcio”, a respectiva impossibilidade. Vejamos:

- Termo de Referência de 10 de julho de 2024:

11.4.8. Atestado de Visita, expedido pelo licitador. Quando da visita ao local da obra deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta.

Para visita aos locais de execução dos serviços, a licitante deverá procurar a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo das 8:00 às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, de 2ª a 6ª feira. A visita deverá ser agendada com antecedência, pelo telefone 42 3635 8124 ou 42 3635 8131. O referido Departamento emitirá o Atestado de Visita Técnica.

É recomendado a proponente que, quando da visita ao local da obra, obtenha, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local da obra serão arcados integralmente pela própria proponente.

O Atestado de Visita poderá, a critério do licitante, ser substituído por Declaração de Renúncia de Visita Técnica, conforme modelo constante nos anexos desse edital.

No caso da opção de a visita técnica ser declinada, fica desde já, estabelecido ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução da obra.

12. DA EXECUÇÃO

12.1. O prazo para a execução do objeto desta licitação é de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da Ordem de Serviços.

- Termo de Referência de 11 de julho de 2024:





11.5. VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

11.5.1. Não poderão participar do certame pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei 14.133/2021;

11.5.2. Acerca da vedação à participação, no presente certame, de empresas reunidas em consórcio, trata o renomado autor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa, (...) Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição

11.5.3. A lei 14.133 deixa a possibilidade de o órgão licitante permitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio. Para determinar tal vedação o Município de Laranjeiras do Sul buscou primar pela qualidade dos serviços e pelo equilíbrio econômico e financeiro da LICITANTE que, se vencedora do certame, prestará os serviços nesta Municipalidade. Encontra-se ainda asseverado pelo ilustre autor citado acima:

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação

11.5.4. Como se extrai do trecho acima, a Administração Pública poderá considerar as condições dos serviços exigidos conforme as “dimensões e complexidade do objeto”, entretanto a obra em questão (terraplanagem) no entendimento deste Departamento de Engenharia não requer tal complexidade para que seja necessária a atuação de duas ou mais empresas consorciadas, eis que apenas uma empresa poderá prestar o serviço com a qualidade adequada e não seria viável que duas empresas com objetos similares se reunissem em um consórcio para a prestação dos serviços licitados.

12. DA EXECUÇÃO

12.1. O prazo para a execução do objeto desta licitação é de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da Ordem de Serviços.

43. Conforme se depreende, o Item 12 possui mesma informação redigida em ambos os documentos. Portanto, resta evidente que o Termo de Referência datado de 11/07/2024 é o mesmo que o datado de 10/07/2024, entretanto, com inclusão posterior de Item 11.5.

44. Dessa forma, fica clara a tentativa do MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL de impedir a todo custo, contrariando a lei que rege o respectivo processo licitatório, a participação de consórcios em Edital de Concorrência Eletrônico, ao inserir (ainda que insuficiente) suposta motivação posterior para a vedação à participação em consórcios.

45. Para além disso, destaca-se que o Edital conta com exigências de qualificação técnica expressivas, conforme se vê:



DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE MÍNIMA
LIMPEZA DE TERRENO	142.708,12 M ²
ESCAVAÇÃO EM SOLO	99.114,75 M ³
ESCAVAÇÃO EM ROCHA	56.748,95 M ³
ATERRO EM SOLO	113.441,75 M ³
ATERRO EM ROCHA	6.453,40 M ³
TUBULAÇÃO Ø 60CM	25,50 M
TUBULAÇÃO Ø 80CM	23,50 M
TUBULAÇÃO Ø 100CM	9,50 M
REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO SUB-LEITO	29.183,34 M ²
EXECUÇÃO REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM CASCALHO (20CM)	5.836,67 M ³
ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE CASCALHO EM JAZIDA	7.587,67 M ³

OBS: Poderá ser apresentado mais de um atestado/declaração contemplando serviços diferentes, sendo permitida a soma das quantidades de um mesmo serviço em mais de um atestado ou declaração.

46. São serviços bastante específicos, em quantitativos elevados, sendo certo que apenas um rol limitado de empresas poderá atender de maneira individual às exigências editalícias. É assim que a viabilização de participação de empresas através de consórcios otimiza e potencializa a competitividade do certame, podendo haver a somatória de expertises para o atendimento ao interesse público.

47. Destaca-se, aqui, os serviços de **escavação em rocha**, cuja execução demanda método executivo com licenças e expertise bastante individuais.

48. Isso porque o procedimento de escavação em rocha demanda o desmonte de materiais minerais, o que se opera a partir da utilização de explosivos, no intuito de que as rochas sejam estouradas e a escavação se torne viável.

49. Havendo o manejo de explosivos, o método executivo conta com a necessidade da obtenção de licenças específicas, nos termos do Decreto Federal nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que veicula o Regulamento de Produtos Controlados, e estipula os explosivos, iniciadores e acessórios como produtos de uso restrito:

Art. 15. Os PCE são classificados, quanto ao grau de restrição, da seguinte forma:

- I - de uso proibido;
- II - de uso restrito; ou
- III - de uso permitido.

§ 2º São produtos controlados de uso restrito:



IV - os explosivos, os iniciadores e os acessórios;

50. De igual modo, a Portaria nº 56, do Comando Logístico do Exército Brasileiro – COLOG estipula os procedimentos administrativos para a “*concessão, a revalidação, o apostilamento e o cancelamento de registro no Exército para o exercício de atividades com produtos controlados e dá outras providências*”.

51. Da leitura das normativas, depreende-se que a aquisição e manejo dos explosivos necessários para os serviços de desmonte de rochas – que deverão ser utilizados para a escavação em rocha – necessitam de licenças e autorizações específicas do Exército Brasileiro.

52. É assim, portanto, que em que pese o Edital de Concorrência Eletrônica nº 019/2024 não contar com a previsão de necessidade de referidas licenças – medida adequada – ao inviabilizar a participação em consórcios a participação no certame passa a ser restrita às empresas que contam com referido licenciamento, sem a viabilidade de união de eventuais licitantes interessadas para o cumprimento do requisito atinente à execução contratual.

53. Com a vedação dos consórcios ao processo licitatório, portanto, tem-se a inviabilidade de apresentação da proposta mais vantajosa à Administração, uma vez que o universo de possíveis competidores passa a ser limitado aos poucos *players* que detêm de qualificação específica.

54. Diante do exposto, com base no art. 15 da Lei nº 14.133/21 e o entendimento pacífico da jurisprudência, entende-se que a vedação da participação dos consórcios somente poderá ser feita com expressa fundamentação, a partir de prévia análise das circunstâncias ligadas à execução do objeto licitatório.

55. Não é o que se vislumbra do presente caso, em que a vedação a participação de consórcios não se mostra fundamentada e, de igual modo, representa notória restrição à competitividade do certame.

56. Deste modo, evidente a necessidade de regularização do vício presente no Edital nº 019/2024-PMLS, no que tange a ausência de fundamentação para proibição de participação de consórcios no certame.



IV. Concessão da medida cautelar:

57. Por fim, deve haver determinação imediata e cautelar aos responsáveis para que o MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL (através de seus agentes) suspenda imediatamente o certame ou qualquer outro ato atinente à execução de seu objeto, até o julgamento final desta Representação. Isso porque estão presentes os requisitos para tanto.

58. A **probabilidade do direito alegado** pela Representante (e de lesão ao erário) decorre das ilegalidades narradas ao longo desta peça. Remete-se nesse momento às razões expostas no tópico de fundamentos, para evitar repetições desnecessárias.

59. Outrossim, a necessidade de concessão de medida cautelar para **assegurar a eficácia da decisão de mérito** também é patente. Trata-se da possibilidade de ineficácia da medida, que corresponde ao *periculum in mora* exigido nas ações cautelares. Sobre esse requisito, esclarecedor o ensinamento de Marinoni, Arenhart e Mitidiero:

“**Perigo na demora.** (...) A tutela provisória é necessária simplesmente porque não é possível esperar, sob pena de o ilícito ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer novamente, não ser removido ou de dano não ser reparado ou reparável no futuro. Assim, é preciso ler as expressões perigo de dano e risco ao resultado útil do processo como alusões ao perigo na demora. Vale dizer: há urgência quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito.”¹⁴

60. Caso não se tenha determinação por esta c. Corte de Contas obstando o prosseguimento dos ulteriores atos do certame licitatório, o Município de Laranjeiras do Sul, dará sequência a um certame inútil, na medida em que o Edital que o rege contém inúmeras ilegalidades que inclusive viciariam eventual contratação.

61. Indo além, prosseguindo o processo e contratação com seus ulteriores atos, tem-se que o dano aos cofres do Município de Laranjeiras do Sul, que gere recursos públicos, restará irreversível.

62. Por tudo isso, caso se aguarde o julgamento final do feito para afastar as ilegalidades, a Representante, a contratante e o próprio interesse público já terão suportado os prejuízos

¹⁴ ARENHART, S. C., MARINONI, L. G. e MITIDIERO, D. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 312-313. *Grifamos e sublinhamos*.



decorrentes da contratação ilegal. Portanto, a imediata concessão de medida cautelar é medida que se impõe ante o preenchimento dos requisitos para tanto.

IV. Requerimentos:

63. Ante todo o exposto, respeitosamente, requer-se:


- (i) O recebimento desta Representação e a determinação imediata a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO DE LARANJEIRAS DO SUL de suspensão do processo licitatório regido pelo Edital de Concorrência Eletrônica nº 019/2024, bem como todo e qualquer ato decorrente, inclusive de eventual assinatura e execução de contrato dele decorrente, até a correção da ilegalidade ou até o julgamento final da Representação;
- (ii) O julgamento de procedência da Representação, determinando-se aos responsáveis pela promoção de alteração do Item 3.3 do Edital de Concorrência Eletrônica nº 019/2024.

64. Requer sejam todas as intimações do presente feito realizadas em nome do advogado CONRADO GAMA MONTEIRO (OAB/PR 70.003), sob pena de nulidade.


Nesses termos,
Pede-se deferimento.
Curitiba/PR, 29 de julho de 2024.




CONRADO GAMA MONTEIRO
OAB/PR 70.003



LUIZA CASTRO FURTADO
OAB/PR 107.698



RAMON CAVALCANTE TRAUZYNSKI
OAB/PR 97.413



IGOR CHERMACK
OAB/PR 119.165

